RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REVISÃO DOS PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL¹

THE CONSTITUTIONAL COMPLAINT (“RECLAMAÇÃO”) AS AN INSTRUMENT FOR REVIEWING BINDING PRECEDENTS BY THE BRAZILIAN SUPREME COURT

Bárbara Benato Pontalti

Mestranda em Direito, Justiça e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP. Advogada. Porto Alegre/RS. E-mail: barbarapontalti.adv@gmail.com

João Paulo Lordelo

Professor adjunto do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP. Pós-doutor pela Universidade de Coimbra e UERJ. Doutor (UFBA). *Academic visitor* (Oxford). Procurador da República. São Paulo/SP. E-mail: joaolordelo@gmail.com

Thaís Gonçalves Oliveira

Mestranda em Direito, Justiça e Desenvolvimento no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP. Especialista em Direito Previdenciário (ICDS). Defensora Pública Federal. Rio de Janeiro/RJ. E-mail: thaís_goliveira@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo examina a reclamação constitucional como instrumento de revisão de precedentes obrigatórios pelo Supremo Tribunal Federal, analisando sua evolução de mecanismo de preservação de competência para ferramenta de atualização jurisprudencial. A metodologia adotada é de natureza teórico-dogmática, com análise doutrinária e jurisprudencial de caráter descritivo-analítico, valendo-se do estudo de caso da Reclamação 4.374/PE. A escolha desse julgado fundamenta-se em sua relevância paradigmática, por representar um exemplo da utilização da reclamação constitucional como instrumento de

evolução jurídica e de efetivação dos direitos fundamentais. Inicialmente concebida para garantir a autoridade das decisões do STF e a preservação de sua competência, a reclamação adquiriu novas funções ao longo do tempo, especialmente após o Código de Processo Civil de 2015. Atualmente, além de preservar a competência do tribunal e garantir a uniformidade da jurisprudência, o instituto também permite a reavaliação de precedentes obrigatórios, evitando sua fossilização diante da evolução social e jurídica. São analisados três aspectos fundamentais para a legitimidade desta função revisora: a modulação temporal dos efeitos da decisão que

¹ Artigo recebido em 28/02/2025 e aprovado em 08/08/2025.

altera precedentes vinculantes, o respeito às competências estabelecidas para realizar tal modificação e o cumprimento do dever de autorreferência. A Reclamação 4.374/PE exemplifica a aplicação prática desse instrumento, demonstrando como o STF pode reconhecer a inconstitucionalidade superveniente de normas anteriormente validadas, assegurando a compatibilidade do direito com a realidade social. O caso evidenciou a necessidade de equilíbrio entre a estabilidade dos precedentes e a adaptação do direito, consolidando a reclamação como uma ferramenta de revisão jurisprudencial. Conclui-se que a reclamação, quando utilizada de forma criteriosa, representa um importante mecanismo de equilíbrio entre a estabilidade dos precedentes e a capacidade de evolução do direito, contribuindo para a construção de um sistema jurídico simultaneamente previsível, dinâmico e adaptável às mudanças sociais, garantindo maior segurança jurídica e coerência jurisprudencial.

PALAVRAS-CHAVE: Reclamação constitucional; Precedentes obrigatórios; Superação de precedentes; Segurança jurídica; Supremo Tribunal Federal.

ABSTRACT: This article examines the constitutional complaint (reclamação constitucional) as a mechanism for reviewing binding precedents by the Brazilian Supreme Federal Court (STF), analyzing its evolution from a tool for preserving jurisdiction to an instrument

for jurisprudential updating. The methodology adopted is of a theoretical-dogmatic nature, combining doctrinal and jurisprudential analysis with a descriptive-analytical approach, and employing the case study of Reclamação 4,374/PE. The selection of this decision is justified by its paradigmatic relevance, as it exemplifies the use of constitutional complaint as a means of legal evolution and fundamental rights protection. Initially conceived to ensure the authority of STF decisions and safeguard its jurisdiction, the reclamação has acquired new functions over time, especially after the enactment of the 2015 Code of Civil Procedure. Today, in addition to preserving the Court's jurisdiction and ensuring jurisprudential uniformity, this mechanism also allows for the reassessment of binding precedents, preventing their fossilization in the face of social and legal evolution. Three fundamental aspects for the legitimacy of this revisory function are analyzed: the temporal modulation of the effects of decisions that modify binding precedents, respect for the established competencies to implement such modifications, and compliance with the duty of self-referentiality. Reclamação 4.374/PE exemplifies the practical application of this instrument, demonstrating how the STF can recognize the supervening unconstitutionality of previously validated norms, ensuring the alignment of legal norms with social reality. This case highlighted the need for a balance between the stability of

precedents and the adaptability of the law, solidifying the reclamação as a tool for jurisprudential review. The study concludes that, when used with careful criteria, the reclamação represents a crucial mechanism for balancing the stability of precedents with the capacity for legal evolution, contributing to the development of a legal system that is simultaneously predictable, dynamic, and adaptable to social changes, thereby enhancing legal certainty and jurisprudential coherence.

KEYWORDS: Constitutional complaint; Binding precedents; Precedent overruling; Legal certainty; Brazilian Supreme Court.

INTRODUÇÃO

A crescente importância dos precedentes judiciais no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente após o Código de Processo Civil de 2015, trouxe novos desafios para a compreensão e aplicação dos instrumentos processuais existentes. Nesse contexto, a reclamação constitucional tem assumido papel de destaque não apenas como mecanismo de garantia da autoridade das decisões judiciais, mas também como potencial instrumento para sua revisão e atualização.

O presente artigo examina como a reclamação constitucional tem sido utilizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para revisar precedentes obrigatórios, analisando seus fundamentos teóricos, limites e implicações práticas. A discussão se

justifica diante do desafio de conciliar a previsibilidade das decisões judiciais com a necessidade de atualização do direito frente às mudanças sociais.

O trabalho está estruturado em três partes principais. Inicialmente, apresenta-se uma análise dos aspectos fundamentais da reclamação no ordenamento jurídico brasileiro, abordando sua origem, natureza jurídica e evolução legislativa. Em seguida, examina-se a possibilidade de utilização da reclamação como instrumento para alterar decisões, com especial atenção ao caso paradigmático da Reclamação 4.374/PE, que exemplifica como o STF tem manejado este instrumento para adaptar sua jurisprudência às mudanças sociais e proteger direitos fundamentais.

Por fim, são discutidos os critérios e limites para o uso da reclamação como mecanismo de superação de precedentes vinculantes, com ênfase em três aspectos centrais: a modulação dos efeitos das decisões que alteram entendimentos consolidados, a competência para realizar tal modificação e o dever de fundamentação adequada dessas decisões.

A metodologia empregada combina análise doutrinária, exame jurisprudencial e estudo de caso, buscando oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o tema. O objetivo é contribuir para o debate acadêmico e prático sobre os limites e possibilidades da reclamação constitucional como instrumento de evolução jurisprudencial no contexto

do sistema brasileiro de precedentes obrigatórios.

Como principal hipótese de trabalho, sustenta-se que a reclamação pode funcionar como mecanismo legítimo de revisão de precedentes, desde que observados critérios rigorosos de fundamentação e respeitados os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança. Esta hipótese é testada através da análise de casos concretos e do exame dos fundamentos teóricos que sustentam o sistema de precedentes no direito brasileiro.

1. ASPECTOS FUNDAMENTAIS DA RECLAMAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Como forma de estabelecer as premissas fundamentais ao enfrentamento do problema de pesquisa, buscaremos, neste tópico, apresentar o instituto da reclamação de forma concisa, abrangendo seus aspectos centrais. Serão explorados sua origem, conceituação, os objetivos que busca alcançar e as hipóteses em que é cabível, com vistas a oferecer uma compreensão clara e direta sobre o tema que é objeto central da pesquisa.

² MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, v. 02, 2017.

³ GOMES, Gilberto Mendes Calasans. *Aplicação da teoria dos poderes implícitos pelo Tribunal de Contas da União*. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) Instituto Brasileiro de Ensino,

1.1. ORIGEM, NATUREZA JURÍDICA E OBJETIVOS DA RECLAMAÇÃO

No contexto jurídico brasileiro, a reclamação teve origem na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) da década de 1950, fundamentada na teoria dos poderes implícitos, demonstrando a capacidade do sistema jurídico nacional de desenvolver soluções próprias para garantir a efetividade das decisões judiciais. Posteriormente, este instituto foi incorporado ao Regimento Interno do STF, à Constituição Federal e, mais recentemente, ao Código de Processo Civil (CPC) de 2015².

Como esclarece Gilberto Mendes Calasans Gomes, a teoria dos poderes implícitos foi adaptada a partir da doutrina norte-americana³. Nos Estados Unidos, tal entendimento foi consolidado a partir da decisão do célebre caso *McCulloch v. Maryland* (U.S. Supreme Court, 1819), quando a corte compreendeu que, ao conferir uma função a uma autoridade, implicitamente conferem-se também os meios necessários para o exercício eficaz dessa função⁴. Em síntese, a premissa é a de que Constituição deve

Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3250>. Acesso em 10 dez. 2024.

⁴ CASAGRANDE, Cássio Luís; BARREIRA, Jônatas Henriques. O caso *McCulloch v. Maryland* e sua utilização na jurisprudência do STF. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, Brasília, DF, v. 56, n. 221, p. 247-270, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://www12>.

concentrar-se em definir os objetivos centrais de cada órgão. Os detalhes, que integram esses objetivos, devem ser deduzidos pela própria natureza das competências conferidas.

No caso específico da reclamação, ela foi construída pelo Supremo Tribunal Federal como um instrumento destinado a garantir a tutela de precedentes e a uniformidade da jurisprudência⁵. Essa construção pretoriana foi posteriormente positivada no Regimento Interno do STF e, com a Constituição Federal de 1988, ganhou expressa previsão constitucional. O constituinte, reconhecendo a importância do instituto, estabeleceu-o como instrumento processual específico tanto para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, 'l') quanto para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, 'f').

Como anotam Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha⁶, a reclamação tem por objetivo de preservar a competência e garantir a autoridade das decisões dos tribunais, bem como garantir a observância das decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade, a observância de enunciado de súmula vinculante e de precedente proferido em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência.

Quanto à sua natureza jurídica, embora existam correntes que a classificam como recurso ou como incidente processual, a doutrina majoritária e a jurisprudência dos tribunais superiores consolidaram o entendimento de que a reclamação constitui uma ação autônoma de impugnação. Esta caracterização se justifica pela presença dos elementos essenciais de uma ação: partes determinadas, causa de pedir específica (usurpação de competência ou desrespeito à decisão do tribunal) e pedido próprio (preservação de competência ou garantia da autoridade das decisões).

Os objetivos da reclamação foram se expandindo ao longo do tempo, acompanhando a evolução do sistema jurídico brasileiro. Inicialmente concebida para preservar a competência dos tribunais superiores e garantir a autoridade de suas decisões, ela passou a desempenhar papel fundamental também na uniformização da jurisprudência e na garantia da observância dos precedentes obrigatórios.

Com a Emenda Constitucional nº 45/2004, que instituiu a súmula vinculante, a reclamação tornou-se instrumento central para assegurar a observância dos enunciados vinculantes do STF. Posteriormente, o

senado.leg.br/ri/edicoes/56/221/riL_v56_n221_p247

⁵ HARTMANN, Guilherme Kronenberg. *Reclamação no Âmbito do Controle da Observância de Precedentes Judiciais Vinculantes*. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 155 - 176, Janeiro-Abril, 2019.

⁶ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal*, 13ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, v. 03, 2016, p. 533.

Código de Processo Civil de 2015 ampliou ainda mais seu escopo, estabelecendo-a como mecanismo para garantir a observância de precedentes qualificados, como aqueles firmados em recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida e em julgamento de recursos repetitivos.

Esta evolução demonstra que a reclamação transcendeu sua concepção original como mero instrumento de preservação de competência, assumindo papel crucial no sistema brasileiro de precedentes obrigatórios. Atualmente, pode-se afirmar que ela possui tripla função: garantidora (da autoridade das decisões), uniformizadora (da jurisprudência) e, como será desenvolvido nos capítulos seguintes, também renovadora (permitindo a revisão e atualização dos precedentes).

A complexidade dessas funções revela que a reclamação, embora mantenha sua natureza de ação autônoma, configura-se como um instrumento processual multifacetado, essencial para a coerência e efetividade do sistema jurídico brasileiro. Sua importância é ainda mais evidenciada no contexto atual de valorização dos precedentes judiciais, onde atua como ponte entre a necessidade de estabilidade jurisprudencial e a imprescindível capacidade de adaptação do direito às transformações sociais.

1.2. HIPÓTESES DE CABIMENTO: EVOLUÇÃO DA RECLAMAÇÃO ATÉ O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

A trajetória evolutiva das hipóteses de cabimento da reclamação reflete o progressivo reconhecimento de sua importância para o sistema jurídico brasileiro. Partindo de uma construção jurisprudencial baseada na teoria dos poderes implícitos, o instituto foi gradualmente ampliado e fortalecido através de sucessivas alterações normativas, culminando com sua disciplina abrangente no Código de Processo Civil de 2015.

A Constituição Federal de 1988 representou um momento decisivo ao constitucionalizar expressamente a reclamação, prevendo-a tanto para o Supremo Tribunal Federal (art. 102, I, 'l') quanto para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, I, 'f'). O texto constitucional estabeleceu duas hipóteses clássicas de cabimento: a preservação da competência do tribunal e a garantia da autoridade de suas decisões.

Além disso, considerando-se que o instrumento tem origem na teoria dos poderes implícitos a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), se os tribunais têm o poder de julgar, também têm o poder implícito de dar efetividade às próprias decisões e defender a própria competência⁷.

⁷ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o*

processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela

A Constituição Federal de 1988, então, passa a prever expressamente a reclamação constitucional para o STF (art. 102, inciso I, 'l') e para o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, inciso I, "f"), como instrumento de preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões. Registra-se que o Regimento Interno do STF já previa o instituto da reclamação e seu procedimento perante a Corte Constitucional (arts. 156 a 162).

Um novo e significativo alargamento do escopo da reclamação ocorreu com a Emenda Constitucional nº 3/1993, que introduziu a Ação Declaratória de Constitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro. A partir deste momento, consolidou-se o entendimento de que a reclamação seria cabível para assegurar o cumprimento das decisões proferidas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, fortalecendo seu papel como instrumento de garantia da supremacia constitucional.

A Emenda Constitucional nº 45/2004, conhecida como "Reforma do Judiciário", trouxe nova expansão ao incluir o art. 103-A na Constituição Federal, instituindo a súmula vinculante. O §3º deste artigo estabeleceu expressamente o cabimento da reclamação contra ato administrativo ou decisão judicial que contrariasse súmula vinculante, permitindo ao STF não apenas anular o

ato impugnado, mas também determinar que outro fosse praticado em conformidade com o entendimento sumulado.

Certamente, a reclamação torna-se um mecanismo para valorizar a jurisprudência da Suprema Corte, assegurando sua aplicação vertical e obrigatória nas esferas jurisdicional e administrativa. No entanto, não se estende à esfera legislativa, uma vez que as decisões em controle concentrado e as súmulas vinculantes não possuem efeito vinculante direto sobre o processo legislativo⁸.

O Código de Processo Civil de 2015 representa o ápice desta evolução, ao estabelecer uma disciplina sistemática e abrangente do instituto. O art. 988 do CPC/2015 não apenas reafirmou as hipóteses tradicionalmente previstas, como também expandiu significativamente o cabimento da reclamação, alinhando-a ao sistema de precedentes obrigatórios estabelecido pelo novo diploma processual.

Entre as inovações trazidas pelo CPC/2015, destaca-se a possibilidade de utilização da reclamação para garantir a observância de precedentes qualificados, incluindo: (i) decisões em controle concentrado de constitucionalidade; (ii) súmulas vinculantes; (iii) acórdãos em incidente de resolução de demandas repetitivas; (iv) decisões em incidente de assunção de competência; e (v) acórdãos de

nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal, 13ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, v. 03, 2016, p. 527.

⁸ HARTMANN, Guilherme Kronenberg. *Reclamação no Âmbito do Controle da*

Observância de Precedentes Judiciais Vinculantes. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, Janeiro-Abril, 2019, p. 155 - 176.

recursos extraordinários e especiais repetitivos, observada a necessidade de esgotamento das instâncias ordinárias.

Outro avanço significativo do CPC/2015 foi a expressa previsão do cabimento da reclamação perante todos os tribunais, encerrando antiga controvérsia sobre sua admissibilidade nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça. Esta ampliação demonstra o reconhecimento da importância do instituto para a efetividade e coerência das decisões judiciais em todas as instâncias do Poder Judiciário.

A evolução das hipóteses de cabimento da reclamação revela uma progressiva expansão de seu papel no sistema processual brasileiro, transcendendo sua função original de mero instrumento de preservação de competência para se tornar uma ferramenta fundamental na garantia da autoridade dos precedentes e na promoção da uniformidade jurisprudencial. Este desenvolvimento reflete a crescente preocupação do ordenamento jurídico brasileiro com a efetividade das decisões judiciais e com a necessidade de assegurar maior previsibilidade e segurança jurídica⁹.

2. RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA ALTERAR PRECEDENTES

A dinâmica das relações sociais e a constante evolução da sociedade

impõem ao direito o desafio de manter-se simultaneamente estável e adaptável. Este aparente paradoxo encontra especial relevância no sistema de precedentes obrigatórios, em que a necessidade de previsibilidade precisa harmonizar-se com a capacidade de resposta às transformações sociais, econômicas e jurídicas.

Embora tradicionalmente concebida como instrumento de preservação da competência e garantia da autoridade das decisões judiciais, a reclamação tem assumido uma função adicional e inovadora: a de mecanismo para revisão e atualização de precedentes obrigatórios.

Esta nova dimensão da reclamação emerge da necessidade de equilibrar dois valores fundamentais do sistema jurídico: a estabilidade dos precedentes e a capacidade de adaptação do direito às transformações sociais. Se, por um lado, o sistema de precedentes busca promover segurança jurídica e previsibilidade, por outro, não pode resultar em um engessamento do direito que o torne insensível às mudanças da realidade social.

2.1. A IMPORTÂNCIA DE EVITAR A FOSSILIZAÇÃO DO DIREITO E A DISTINÇÃO COM BASE EM MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS FÁTICAS E JURÍDICAS

Um dos principais argumentos em favor desta utilização ampliada da

⁹ HARTMANN, Guilherme Kronenberg. *Reclamação no Âmbito do Controle da Observância de Precedentes Judiciais*

Vinculantes. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, Janeiro-Abril, 2019, p. 155 - 176.

reclamação reside na atual configuração do sistema recursal brasileiro. O rigor dos filtros de admissibilidade, especialmente em sede de recurso extraordinário, pode criar situações em que teses jurídicas consolidadas em precedentes vinculantes, mesmo quando claramente desatualizadas ou inadequadas, encontram dificuldades para serem revistas pela via recursal ordinária.

Nesse sentido, José Roberto Freire Pimenta e Jurema Costa de Oliveira Silva¹⁰ destacam que uma das principais críticas ao modelo de precedentes adotado no Brasil reside na sua possível rigidez excessiva, especialmente no âmbito do controle difuso de constitucionalidade. Segundo os autores, essa rigidez decorre dos filtros recursais, que frequentemente dificultam ou mesmo impedem o STF de revisar determinadas matérias.

Em outras palavras, torna-se improvável, por exemplo, que seja admitido, pelo STF, o processamento de um recurso extraordinário contra uma decisão que tenha aplicado corretamente a fundamentação central (*ratio decidendi*) de um precedente estabelecido em repercussão geral ou em recurso repetitivo, mesmo diante de uma clara necessidade de revisão desse entendimento¹¹.

Os autores esclarecem que, conforme o art. 1.030 do CPC/2015, o recurso extraordinário terá seguimento negado caso o Supremo Tribunal Federal não reconheça a repercussão geral da questão constitucional discutida. Nessa situação, cabe apenas o agravo dirigido ao próprio tribunal recorrido, não sendo admissível o agravo dirigido ao STF, previsto no art. 1.042 do mesmo código¹².

Diante dessa limitação, surge uma nova finalidade para a reclamação, que não se restringe a garantir a correta aplicação da *ratio decidendi* das decisões vinculantes. Esse instrumento, em casos excepcionais, tem sido utilizado para superar, total ou parcialmente, entendimentos anteriormente fixados pelo próprio STF¹³.

João Eduardo Nadal esclarece que a reclamação pode ser utilizada como instrumento para, mediante a comparação com precedentes qualificados, expandir, contrair ou mesmo superar esses precedentes. “*Em outras palavras, a Reclamação serve como meio de atualização de precedentes qualificados, permitindo ao tribunal sua retificação ou superação, evitando que o fundamento sobre o tema seja definitivamente encerrado*”¹⁴ (grifos nossos).

O autor enfatiza ainda que, em razão da interpretação realizada em

¹⁰ PIMENTA, José Roberto Freire; SILVA, Jurema Costa de Oliveira. *A Reclamação Como Instrumento de Revisão dos Precedentes Vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal*. RDP, Brasília, Volume 19, n. 101, jan./mar. 2022, p 561-585.

¹¹ *Ibid.*

¹² *Ibid.*

¹³ *Ibid.*

¹⁴ NADAL, João Eduardo de. *A reclamação como instrumento de superação dos precedentes qualificados*. 2019. 288 f.

cada novo julgamento, é possível que ocorram transformações na norma do precedente, uma vez que sua aplicação sempre envolve um juízo comparativo, sujeito a adaptações ou modificações¹⁵.

Um exemplo emblemático da utilização da reclamação como instrumento para alterar decisões foi o julgamento da Reclamação 4374/PE. Na decisão, o relator, Ministro Gilmar Mendes, destacou a importância de que as decisões do Supremo Tribunal Federal permanecem abertas a esse constante processo hermenêutico de reinterpretação levado a cabo pelo próprio Tribunal:

O “balançar de olhos” (expressão cunhada por Karl Engisch) entre a norma e o fato, que permeia o processo hermenêutico em torno do direito, fornece uma boa metáfora para a compreensão do raciocínio desenvolvido no julgamento de uma reclamação. Assim como no processo hermenêutico o juízo de comparação e subsunção entre norma e fato leva, invariavelmente, à constante reinterpretação da norma, na reclamação o juízo de confronto e de adequação entre objeto (ato impugnado) e parâmetro (decisão do STF tida

por violada) implica a redefinição do conteúdo e do alcance do parâmetro.

É por meio da reclamação, portanto, que as decisões do Supremo Tribunal Federal permanecem abertas a esse constante processo hermenêutico de reinterpretação levado a cabo pelo próprio Tribunal. A reclamação, dessa forma, constitui o locus de apreciação, pela Corte Suprema, dos processos de mutação constitucional e de inconstitucionalização de normas (des Prozess des Verfassungswidrigwerdens), que muitas vezes podem levar à redefinição do conteúdo e do alcance, e até mesmo à superação, total ou parcial, de uma antiga decisão¹⁶.

Cuida-se de uma compreensão alinhada ao entendimento de Aurora Tomazini de Carvalho que propõe uma Teoria Geral do Direito sob a perspectiva do Construtivismo Lógico-Semântico:

Aplicar o direito consiste em enquadrar um caso concreto à norma jurídica adequada e imputar-lhe os efeitos nela prescritos. Para

Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br//handle/123456789/2905>. Acesso em: 12 dez. 2024, p. 249.

¹⁵ *Ibid.*

¹⁶ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Reclamação 4.374*. Relator: Min. Gilmar Mendes, 18 de abril de 2013. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4439489>. Acesso em 15 dez. 2024, p. 18.

*fazer incidir uma norma, o aplicador, primeiro verifica a ocorrência de um acontecimento, interpretando os suportes factuais a que tem acesso, para depois indagar-se a que tipo jurídico este se enquadra, realizando, assim, a subsunção do conceito do fato ao conceito da hipótese normativa*¹⁷.

A jurisprudência do STF tem desenvolvido duas principais formas de utilização da reclamação para a modificação de precedentes. A primeira consiste na definição ou redefinição do alcance da *ratio decidendi*, permitindo esclarecer ou ajustar o âmbito de aplicação do precedente sem necessariamente revogá-lo. A segunda, mais radical, envolve a própria superação do precedente (*overruling*), quando se constata sua incompatibilidade com o novo contexto social ou jurídico¹⁸.

Cuida-se de “uma forma de o sistema respirar”, pois “a troca ou reanálise de entendimento sobre determinada questão permite que o sistema se oxigene e se redesenhe, para que possa estar melhor amoldado às necessidades sociais”¹⁹.

A prática é amparada no art. 103 do Regimento Interno do STF, que autoriza qualquer ministro a propor a revisão da jurisprudência em matéria constitucional ou consolidada em súmulas, podendo determinar o sobrestamento do feito, caso necessário. Além disso, o art. 489, §1º, incisos V e VI, do CPC/2015, ao tratar dos requisitos de fundamentação das decisões judiciais, reconhece implicitamente a possibilidade de distinção (*distinguishing*) e superação (*overruling*) de precedentes.

É o que explica João Eduardo de Nadal:

*Da redação do art. 489, §1º, V e VI pode-se criar um conceito preliminar do distinguishing (seguramente a técnica mais usada para o trato com precedentes), consubstanciado no confronto material dos casos e na tentativa de assimilação ou afastamento da ratio decidendi do caso passado como o atual. O overruling encontra assento pelo menos implícito no art. 489, §1º, VI, ao estabelecer que um precedente pode deixar de ser aplicado quando da sua superação*²⁰.

¹⁷ CARVALHO, Aurora Tomazini de. *Teoria geral do direito: o constructivismo lógico-semântico*. 2009. 623 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 334.

¹⁸ PIMENTA, José Roberto Freire; SILVA, Jurema Costa de Oliveira. *A Reclamação Como Instrumento de Revisão dos Precedentes Vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal*. RDP, Brasília, Volume 19, n. 101, jan./mar. 2022, p. 561-585.

¹⁹ NADAL, João Eduardo de. *A reclamação como instrumento de superação dos precedentes qualificados*. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2905>. Acesso em: 12 dez. 2024, p. 248-249.

²⁰ *Ibid.*, p. 146-147.

Quando utilizada para esclarecer o alcance da *ratio decidendi*, a reclamação serve para auxiliar os juízes de instâncias inferiores na aplicação correta de precedentes vinculantes, especialmente quando há dúvidas sobre o núcleo decisório que sustenta a decisão²¹.

Por maior similitude fática que os casos possam ter, nenhum será exatamente igual ao outro²², razão pela qual é necessário que o STF elucide com clareza o núcleo decisório que representa a essência jurídica de suas conclusões. Nesse sentido, João Eduardo de Nadal reforça:

*Os precedentes antes são criadores de complexidades, abrem a decisão e funcionam como fechamento do sistema. Aplicar precedentes sem fundamentação pode levar facilmente a injustiças. É na análise detida dos casos concretos que as semelhanças devem aflorar e somente através da fundamentação que se pode dimensionar a aplicação da ratio decidendi*²³.

Essa complexidade é agravada pelo modelo decisório do STF, que frequentemente resulta de uma soma agregativa dos votos dos ministros, baseados em fundamentos distintos:

*Considerando a diversidade de fundamentos adotados pelos julgadores, esse modelo decisório frequentemente dificulta a identificação da ratio decidendi do precedente editado pelo STF, na medida em que se faz necessário proceder ao exame de todos os votos para identificar as razões acolhidas pela maioria, as quais, por vezes, não coincidem no todo ou em parte, tornando muito difícil definir o seu denominador comum, capaz de permitir a correta identificação de seus fundamentos determinantes, nos termos e para os efeitos do art. 489, § 1º, V, do CPC (BRASIL, 2015.).*²⁴

É relevante destacar que “há sempre a possibilidade de atribuir novos valores aos símbolos, e cada uma dessas possibilidades constitui

²¹ PIMENTA, José Roberto Freire; SILVA, Jurema Costa de Oliveira. *A Reclamação Como Instrumento de Revisão dos Precedentes Vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal*. RDP, Brasília, Volume 19, n. 101, jan./mar. 2022, p. 561-585.

²² *Ibid.*, p. 148.

²³ NADAL, João Eduardo de. *A reclamação como instrumento de superação dos precedentes qualificados*. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em Direito

Constitucional) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2905>. Acesso em: 12 dez. 2024, p. 84.

²⁴ PIMENTA, José Roberto Freire; SILVA, Jurema Costa de Oliveira. *A Reclamação Como Instrumento de Revisão dos Precedentes Vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal*. RDP, Brasília, Volume 19, n. 101, jan./mar. 2022, p. 575-576.

uma interpretação diferente. Daí a ideia de inesgotabilidade: todo texto pode ser reinterpretado, infinitamente”²⁵.

À luz de uma hermenêutica normativo-estruturante, o texto – legal ou o fixado em decisões judiciais –, em seu plano de expressão, representa apenas um ponto de partida, sendo a interpretação que lhe confere sentido e aplicabilidade²⁶. Assim, precedentes, embora não sejam fruto de legislação formal, podem — e, em certas situações, devem — ser submetidos a uma reanálise.

A reclamação, portanto, desempenha função estratégica ao evitar a fossilização do direito, corrigir ambiguidades e assegurar a coerência jurisprudencial do STF frente às transformações sociais.

2.2. RECLAMAÇÃO 4.374/PE: EVOLUÇÃO JURÍDICA E O USO DA RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Reclamação 4.374/PE representa um caso paradigmático na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ilustrando como a reclamação constitucional pode funcionar como instrumento de atualização do direito e proteção de direitos fundamentais. O caso, julgado em 2013, evidencia a complexa relação entre a necessidade de estabilidade dos precedentes e o imperativo de adaptação do direito às transformações sociais.

O caso teve origem em uma reclamação proposta pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) contra decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco. O INSS alegava que a decisão reclamada, ao conceder benefício assistencial sem observar o critério legal de renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo, havia violado a autoridade da decisão do STF na ADI 1.232/DF, que havia declarado a constitucionalidade do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/1993 (LOAS).

Este dispositivo legal estabelece critérios para o recebimento do benefício assistencial de um salário-mínimo para pessoas com deficiência e idosos que comprovem não possuir, eles próprios ou suas famílias, recursos financeiros para sua manutenção. No entanto, a Turma Recursal de Pernambuco, em sua decisão, não aplicou o critério legal de renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do salário-mínimo para a concessão do benefício assistencial, o que motivou a Reclamação do INSS.

O julgamento desta reclamação representou um momento de inflexão na jurisprudência do STF por duas razões principais. Primeiro, porque reconheceu a possibilidade de utilização da reclamação como instrumento para reexaminar a própria decisão paradigma. Segundo, porque desenvolveu a teoria do processo de inconstitucionalização, a qual propõe que uma norma inicialmente

²⁵ CARVALHO, Aurora Tomazini de. *Teoria geral do direito: o constructivismo lógico-semântico*. 2009. 623 f. Tese (Doutorado em Direito) -

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 582.

²⁶ *Ibid.*

constitucional pode tornar-se inconstitucional em razão de mudanças na realidade fática ou jurídica.

Em seu voto condutor, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes desenvolveu uma análise histórica e contextual que merece destaque. Demonstrou como a Constituição de 1988, ao estabelecer um amplo catálogo de direitos sociais e mecanismos para sua efetivação, representou uma ruptura com o modelo anterior de proteção social. O contexto da época evidenciava a necessidade de superar décadas de políticas públicas insuficientes para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

O Ministro argumentou que o critério estabelecido pela LOAS em 1993 - renda familiar per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo - refletia uma equação econômico-financeira que, embora pudesse ser considerada razoável naquele momento histórico, tornou-se manifestamente inadequada diante das transformações sociais e econômicas ocorridas nas décadas seguintes.

A decisão reconheceu que o processo de inconstitucionalização da norma decorreu de múltiplos fatores: a) a evolução do conceito de miserabilidade no contexto social brasileiro; b) o surgimento de diversos outros programas sociais com critérios mais generosos; c) as mudanças no cenário econômico nacional; e d) a

própria jurisprudência dos tribunais inferiores, que já vinham desenvolvendo outros parâmetros para aferição da condição de vulnerabilidade.

Essa argumentação está presente no tópico 2 do voto do Ministro Relator, intitulado *A revisão da decisão na ADI 1.232 em sede de reclamação*²⁷. Na ocasião, o Ministro Gilmar Mendes defende que a reclamação, em casos como o então em análise, transcende a mera proteção do caráter formal da decisão, adquirindo o papel de instrumento de proteção da ordem constitucional como um todo:

*Em primeiro lugar, parece óbvio que o STF, no exercício de sua competência geral de fiscalizar a compatibilidade formal e material de qualquer ato normativo com a Constituição, possa declarar a inconstitucionalidade, incidentalmente, de normas tidas como fundamento da decisão ou do ato que é impugnado na reclamação. Isso decorre, portanto, da própria competência atribuída ao STF para exercer o denominado controle difuso da constitucionalidade das leis e dos atos normativos*²⁸.

Por sua vez, o Ministro Teori Zavascki, vencido, compreendeu que a proposição acabaria por ensinar a

²⁷ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Reclamação 4.374*. Relator: Min. Gilmar Mendes, 18 de abril de 2013. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginado>

[r.jsp?docTP=TP&docID=4439489](https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginado). Acesso em 15 dez. 2024, p. 20.

²⁸ *Ibid.*, p. 21.

própria rescisão do acórdão da ADI anterior, o que seria expressamente proibido pelo sistema jurídico brasileiro. Para ele, os limites cognitivos da reclamação impediriam a análise de eventual inconstitucionalidade, ainda que superveniente²⁹.

Ao final, o plenário do STF não apenas rejeitou a reclamação do INSS, como também declarou a inconstitucionalidade superveniente do critério legal, sem pronunciar sua nulidade imediata. O Ministro Gilmar Mendes, acompanhado pela maioria, sugeriu a fixação de um prazo para que o Congresso Nacional elaborasse uma nova regulamentação sobre a matéria, garantindo assim uma transição adequada e a continuidade da proteção social enquanto o novo critério não fosse estabelecido.

Conclui-se que Reclamação 4.374/PE representa, assim, um exemplo eloquente de como a reclamação constitucional pode servir como instrumento de evolução jurídica e proteção dos direitos fundamentais. O caso demonstra que a garantia da autoridade das decisões do STF não pode ser compreendida de forma meramente formal, devendo considerar a necessidade de adaptação do direito às transformações sociais e a primazia da proteção aos direitos fundamentais.

Esta decisão estabeleceu importantes parâmetros para a utilização da reclamação como

mecanismo de revisão de precedentes, evidenciando a necessidade de uma análise rigorosa das mudanças contextuais e seus impactos sobre a adequação constitucional das normas. Mais que isso, demonstrou como o instituto pode contribuir para a efetivação dos direitos fundamentais, permitindo que o ordenamento jurídico se mantenha alinhado aos valores e objetivos constitucionais mesmo diante de significativas transformações sociais.

3. CRITÉRIOS PARA O USO DA RECLAMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES VINCULANTES

3.1. ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS PROSPECTIVOS ÀS DECISÕES QUE ALTERAM DECISÕES VINCULANTES

A superação de precedentes obrigatórios (*overruling*) constitui operação jurídica complexa que demanda especial atenção quanto aos seus efeitos temporais. Quando um tribunal decide superar um entendimento anteriormente consolidado, surge a necessidade de proteger as situações jurídicas constituídas sob a égide do precedente revogado, equilibrando a evolução do direito com a proteção da confiança legítima dos jurisdicionados.

Esta questão ganha contornos ainda mais sensíveis quando a superação ocorre em sede de

²⁹ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela*

nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal, 13ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, v. 03, 2016, p. 552.

reclamação constitucional. Nestes casos, não se trata apenas de modificar um entendimento jurisprudencial, mas de alterar uma decisão que, por sua natureza vinculante, serviu como parâmetro de conduta para toda a sociedade e orientou a atuação dos demais órgãos do Poder Judiciário.

Para que essa evolução não afete negativamente a previsibilidade — elemento essencial para a confiança no sistema jurídico e na estabilidade dos entendimentos anteriormente consolidados em precedentes obrigatórios — Luiz Guilherme Marinoni destaca a importância de adotar uma “modulação adequada dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade”³⁰. Nesse sentido, explica:

*Existindo situações que se consolidaram sob a égide da decisão de constitucionalidade, os efeitos da decisão de inconstitucionalidade não podem apanhá-las, devendo ser modulados em atenção à particularidade de a decisão estar declarando inconstitucional norma antes declarada constitucional*³¹.

Isto é, quando há situações que se estabilizaram com base em uma decisão que considerava uma norma constitucional, essas situações não podem ser atingidas de forma abrupta pela declaração posterior de inconstitucionalidade. Nesses casos, é necessário ajustar os efeitos da nova decisão, levando em conta o fato de que a norma foi previamente considerada válida e aplicável, garantindo segurança jurídica e respeito às expectativas legítimas já formadas.

O autor ressalta, ainda, que é fundamental abordar essa questão como uma superação de precedente, e não como uma desconsideração da coisa julgada³². Assim, ao tratar-se de superação de precedente, e não de desconstituição da coisa julgada, a decisão que modifica um entendimento anterior com base em nova realidade fática e jurídica não deve possuir efeitos retroativos.

Neste contexto, três principais modalidades de modulação temporal têm sido identificadas:

a) efeitos puramente prospectivos: a nova orientação jurisprudencial aplica-se apenas aos casos futuros, preservando integralmente as situações

³⁰ MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*, 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 214.

³¹ MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*, 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 214.

³² Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha, ao analisarem a Reclamação 4.374/PE e a possibilidade de utilização da reclamação como meio para revisar decisões proferidas em

controle concentrado de constitucionalidade, destacam seu potencial de atuar como um “instrumento de revisão da coisa julgada” (DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal*, 13ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, v. 03, 2016, p. 551).

constituídas sob a vigência do precedente superado;

b) efeitos prospectivos com termo inicial diferido: estabelece-se uma data futura para o início da vigência do novo entendimento, permitindo que os jurisdicionados se adaptem à mudança;

c) efeitos prospectivos com ressalva: aplica-se o novo entendimento aos casos futuros e a situações específicas do passado, geralmente incluindo o caso concreto que originou a superação.

Esses métodos de abordagem asseguram a previsibilidade do sistema, mantendo a confiança anteriormente depositada no precedente obrigatório. Com a mudança das circunstâncias, a decisão revisada passa a produzir efeitos apenas em relação às situações jurídicas constituídas após sua prolação. Dessa forma:

A decisão declaratória de inconstitucionalidade, diante das relações continuativas, não retroage sobre a coisa julgada, mas limita a sua eficácia temporal. A coisa julgada antes formada, espelhando a realidade fática e jurídica legitimamente interpretada pela Corte, permanece válida e intacta. Ela é limitada em virtude de circunstância posterior, expressa na declaração de

*inconstitucionalidade*³³ (grifos nossos).

Portanto, embora não se trate de uma revisão da coisa julgada, já que os efeitos produzidos até então permanecem intactos, a revisão do precedente resulta na limitação de sua eficácia temporal. Isso ocorre porque o precedente deixa de regular novas relações jurídicas, passando a prevalecer a decisão que declarou o entendimento anterior inconstitucional.

Ademais, ao revogar um precedente, o Tribunal deve considerar a confiança ainda existente no entendimento anterior. Nesses casos, é essencial modular os efeitos da decisão de inconstitucionalidade, garantindo a previsibilidade indispensável ao funcionamento do sistema jurídico.

Assim, embora a revogação de um precedente seja, em regra, retroativa, a modulação dos efeitos da decisão é amplamente reconhecida, inclusive no *common law*³⁴. No caso específico da superação de um precedente obrigatório por meio de reclamação, a adoção de efeitos prospectivos ou a modulação da decisão de inconstitucionalidade torna-se um aspecto central para preservar a previsibilidade e a estabilidade do sistema jurídico.

Busca-se, dessa forma, garantir aos jurisdicionados a previsibilidade

³³ MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios, 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 218.

³⁴ DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de*

direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 11ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, v. 02, 2016, p. 513.

essencial, assegurando que os precedentes continuem orientando seus comportamentos, sem que isso limite o desenvolvimento do direito. Quando um precedente perde sustentação no contexto social e político em que está sendo aplicado, os próprios valores que fundamentam o sistema de precedentes obrigatórios — como a estabilidade e a igualdade — determinam sua revogação, e não sua manutenção.

3.2. A FUNÇÃO REVISORA DA RECLAMAÇÃO E A COMPETÊNCIA PARA SUPERAÇÃO DE PRECEDENTES

A utilização da reclamação como instrumento de superação de precedentes vinculantes suscita importantes questões sobre a competência para realizar tal revisão. Este debate ganha especial relevância considerando a estrutura hierárquica do Poder Judiciário e a necessidade de preservar a coerência e legitimidade das decisões judiciais.

O primeiro aspecto a ser considerado é que a competência para revogar precedentes vinculantes é exclusiva do tribunal que os estabeleceu. Como observa Luiz Guilherme Marinoni³⁵, esta exclusividade decorre não apenas de aspectos formais do sistema processual, mas da própria lógica que fundamenta o sistema de precedentes obrigatórios. Admitir que órgãos

inferiores possam superar precedentes vinculantes comprometeria a própria essência do sistema, baseada na hierarquia e na busca por uniformidade decisória.

No âmbito do Supremo Tribunal Federal, surge uma questão adicional: a possibilidade de uma Turma revisar precedentes estabelecidos pelo Plenário. Esta discussão é particularmente relevante no caso de decisões proferidas em controle concentrado de constitucionalidade, que representam a manifestação da maioria absoluta dos ministros da Corte.

A controvérsia decorre do fato de que os precedentes vinculantes são, em regra, estabelecidos pelo Plenário, representando a posição majoritária da Corte. Permitir que uma Turma revise tais decisões poderia comprometer a coerência jurisprudencial e a legitimidade democrática, uma vez que a decisão não refletiria necessariamente a vontade da maioria dos Ministros.

José Roberto Freire Pimenta e Jurema Costa de Oliveira Silva argumentam, com razão, que "a possibilidade de o Tribunal promover o overruling de precedentes vinculantes, em sede de reclamação, deve ser analisada em conjunto com as regras de competência da Corte para editar a decisão paradigma"³⁶.

Os autores destacam que não cabe a uma Turma alterar acórdãos

³⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*, 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

³⁶ PIMENTA, José Roberto Freire; SILVA, Jurema Costa de Oliveira. *A Reclamação Como*

Instrumento de Revisão dos Precedentes Vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal. RDP, Brasília, Volume 19, n. 101, 561-585, jan./mar. 2022, p. 533.

proferidos pelo Plenário, pois tal decisão poderia não refletir o entendimento da maioria dos Ministros. O art. 11 do Regimento Interno do STF (RISTF) também reforça essa limitação³⁷.

A solução para esta questão tem se consolidado através da remessa da reclamação ao Plenário sempre que se vislumbra a necessidade de superar um precedente vinculante. Esta prática encontra fundamento no art. 103 do Regimento Interno do STF, que autoriza qualquer Ministro a propor a revisão da jurisprudência assentada em matéria constitucional, com a possibilidade de determinar o sobrestamento do feito até manifestação plenária.

Foi o que ocorreu, por exemplo, na mencionada RCL 4374/PE, relatada pelo Ministro Gilmar Mendes. Nesse caso, o reexame da questão foi conduzido pelo Tribunal Pleno, órgão responsável pela decisão paradigma que se pretendia revisar³⁸.

Assim, a competência para revogar precedentes vinculantes é exclusivamente do STF, com o objetivo de preservar a unidade e legitimidade das decisões judiciais. A reclamação, nesse contexto, desempenha um papel crucial ao permitir o retorno de questões à Corte, por meio do controle difuso, possibilitando que precedentes sejam rediscutidos quando já não encontram suporte social, político ou econômico³⁹.

O caso paradigmático da Reclamação 4.374/PE, anteriormente

analisado, ilustra esta sistemática. A questão foi submetida ao Tribunal Pleno, permitindo que a revisão do entendimento anterior fosse realizada pelo mesmo órgão que havia proferido a decisão paradigma, garantindo assim maior legitimidade democrática à mudança jurisprudencial. Esta estruturação da competência para superação de precedentes através da reclamação atende a múltiplos objetivos:

a) preservação da hierarquia institucional: assegura que as decisões vinculantes só sejam modificadas pelo órgão competente para sua edição;

b) garantia de legitimidade democrática: permite que a revisão reflita efetivamente o entendimento majoritário da Corte;

c) manutenção da coerência sistêmica: evita decisões contraditórias entre diferentes órgãos do mesmo tribunal;

d) proteção da segurança jurídica: contribui para a previsibilidade e estabilidade do sistema jurídico.

Este desenho institucional demonstra uma preocupação com o equilíbrio entre a necessidade de evolução jurisprudencial e a manutenção da estabilidade do sistema. A concentração da competência revisora no órgão plenário, quando se trata de superação de precedentes vinculantes em sede de reclamação, serve como garantia adicional de que as mudanças jurisprudenciais ocorrerão de forma

³⁷ *Ibid.*

³⁸ *Ibid.*

³⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios, 4ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 522.

refletida e democraticamente legitimada.

A função revisora da reclamação, portanto, não compromete a hierarquia institucional ou a segurança jurídica, mas antes as fortalece, ao estabelecer um caminho processual adequado para a necessária atualização dos precedentes vinculantes, sempre respeitando as competências estabelecidas e a colegialidade das decisões.

3.3. O DEVER DE AUTORREFERÊNCIA E A COERÊNCIA JURISPRUDENCIAL

A importância deste dever é evidenciada no Código de Processo Civil de 2015, especialmente em seu art. 489, §1º, VI, que considera não fundamentada a decisão que deixa de seguir precedente invocado pela parte sem demonstrar a existência de distinção ou superação do entendimento. Esta exigência vai além de um mero requisito formal, constituindo verdadeira garantia de racionalidade e previsibilidade do sistema jurídico.

Como observam Fredie Didier Jr. e Leonardo Carneiro da Cunha⁴⁰, o dever de autorreferência está diretamente vinculado à própria natureza da reclamação como

instrumento de distinção (*distinguishing*) e superação (*overruling*) de precedentes. Não se trata apenas de identificar o precedente aplicável, mas de realizar um exercício hermenêutico complexo que envolve a identificação precisa da *ratio decidendi* do precedente; a análise detalhada das circunstâncias fáticas e jurídicas que o fundamentaram; a demonstração das alterações contextuais que justificam sua revisão; e a exposição clara dos fundamentos que sustentam o novo entendimento.

Este processo analítico encontra respaldo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, como evidenciado no voto do Ministro Gilmar Mendes na Reclamação 4.374/PE, ao afirmar que a reclamação constitui o “locus adequado para o exame dos processos de mutação constitucional e de inconstitucionalização de normas”⁴¹. Este exame, contudo, deve ser realizado através de um rigoroso exercício de fundamentação.

O inciso VI do §1º do art. 489 do Código de Processo Civil considera não fundamentada a decisão que deixa de aplicar jurisprudência, súmula ou precedente invocado pela parte, sem efetuar a distinção ou demonstrar sua superação. Essa exigência impõe ao julgador um ônus argumentativo qualificado, especialmente nos casos

⁴⁰ DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal*, 13ª edição. Salvador: Ed. JusPodivm, v. 03, 2016.

⁴¹ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). *Reclamação 4.374*. Relator: Min. Gilmar Mendes, 18 de abril de 2013. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4439489>. Acesso em: 15 dez. 2024, p. 22.

em que se busca revisar precedentes por meio da reclamação constitucional.

Trata-se de uma lógica análoga às teorias do *distinguishing* e do *overruling* da *common law*, as quais visam garantir tanto a independência do Judiciário quanto à efetivação do contraditório como garantia constitucional⁴².

Nesse contexto, o dever de autorreferência revela-se um elemento estruturante da reclamação, exigindo do Tribunal a exposição clara das circunstâncias fáticas e jurídicas que justifiquem a superação do entendimento anterior. Tal dever relaciona-se diretamente ao princípio da coerência jurisprudencial, previsto no art. 926 do CPC/2015, e reforça o compromisso do Judiciário com a integridade do sistema e com a confiança dos jurisdicionados.

Conclui-se que o dever de autorreferência, mais que uma exigência formal, constitui uma condição essencial para que a revisão de precedentes por meio da reclamação ocorra de forma controlada, transparente e legitimada. Sua observância assegura o equilíbrio entre a evolução jurisprudencial, a coerência do ordenamento jurídico e a confiança dos jurisdicionados no sistema de precedentes obrigatórios.

CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo do artigo demonstra que a reclamação constitucional ultrapassou significativamente sua concepção original como mero instrumento de preservação de competência e garantia da autoridade das decisões judiciais. No atual cenário jurídico brasileiro, especialmente após o CPC/2015, o instrumento assumiu papel fundamental não apenas na tutela dos precedentes obrigatórios, mas também como mecanismo legitimador de sua necessária atualização.

Esta evolução do instituto responde a uma demanda crucial do sistema jurídico: a necessidade de equilibrar a estabilidade dos precedentes com a capacidade de adaptação do direito às transformações sociais. A reclamação emerge, neste contexto, como instrumento que permite a oxigenação do sistema de precedentes sem comprometer sua autoridade e previsibilidade.

No entanto, a utilização da reclamação como mecanismo de superação de precedentes vinculantes deve observar critérios rigorosos para preservar a segurança jurídica. Três aspectos mostram-se especialmente relevantes: a adequada modulação temporal dos efeitos da decisão revisora, o respeito às competências estabelecidas para realizar tal revisão e o cumprimento do dever de autorreferência.

⁴² CAMBI, Eduardo; HELLMAN, René Francisco. *Precedentes e dever de motivação das decisões judiciais no novo Código de Processo*

Civil. Revista de Processo, v. 241, ano 40, São Paulo: Ed. RT, mar. 2015, p. 413-438.

A modulação temporal dos efeitos emerge como garantia fundamental da confiança legítima dos jurisdicionados. Quando situações jurídicas se consolidaram sob a égide de um precedente vinculante, sua superação deve, em regra, produzir efeitos prospectivos ou ser acompanhada de modulação adequada, preservando as relações constituídas com base no entendimento anterior.

Igualmente crucial é o respeito à competência do órgão que estabeleceu o precedente para realizar sua revisão. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, esta questão se resolve com a remessa ao Plenário das reclamações que visam à superação de precedentes vinculantes, garantindo que a mudança jurisprudencial reflita efetivamente o entendimento majoritário da Corte.

O dever de autorreferência, por sua vez, manifesta-se como garantia de racionalidade do processo de superação de precedentes. Exige-se do tribunal não apenas a menção ao precedente que se pretende superar, mas um verdadeiro diálogo com seus fundamentos, demonstrando de forma clara e analítica as razões que justificam sua revisão.

A experiência da Reclamação 4.374/PE ilustra como estes elementos podem harmonizar-se na prática, permitindo que o direito evolua sem comprometer a segurança jurídica. O caso demonstra que a reclamação, quando adequadamente manejada, pode funcionar como instrumento efetivo de proteção dos direitos fundamentais e de adaptação do

ordenamento jurídico às transformações sociais.

Conclui-se, portanto, que a reclamação constitucional, em sua função revisora de precedentes, representa uma importante conquista do sistema jurídico brasileiro. Sua utilização criteriosa permite que o direito se mantenha simultaneamente estável e dinâmico, capaz de oferecer segurança jurídica sem se tornar insensível às mudanças sociais.

O desafio que se apresenta não é apenas preservar essa função, mas aperfeiçoá-la continuamente, garantindo que a evolução jurisprudencial ocorra de forma previsível e democraticamente legitimada. Mais do que um mecanismo processual, a reclamação revela-se um espaço hermenêutico vivo, onde o direito se reinterpreta à luz do tempo.

Esta nova dimensão da reclamação não apenas enriquece o sistema brasileiro de precedentes, mas oferece um caminho promissor para o enfrentamento do eterno dilema entre estabilidade e mudança no direito. Sua evolução futura poderá contribuir decisivamente para a construção de um ordenamento jurídico mais coerente, efetivo e adaptável às constantes transformações da sociedade contemporânea. Trata-se de reconhecer que a estabilidade, no direito, não está em sua rigidez, mas em sua capacidade de responder, com legitimidade, às mudanças sociais que desafiam a justiça com o transcorrer do tempo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Regimento Interno* [atualizado até outubro de 2018] – consolidado e atualizado até maio de 2002 por Eugênia Vitória Ribas. Brasília: STF, 2018.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Reclamação 4.374/PE. Relator: Min. Gilmar Mendes, 18 abr. 2013. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4439489>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- CAMBI, Eduardo; HELLMAN, Renê Francisco. Precedentes e dever de motivação das decisões judiciais no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 241, p. 413–438, mar. 2015.
- CARVALHO, Aurora Tomazini de. *Teoria geral do direito: o constructivismo lógico-semântico*. 2009. 623 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CASAGRANDE, Cássio Luís; BARREIRA, Jônatas Henriques. O caso *McCulloch v. Maryland* e sua utilização na jurisprudência do STF. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 56, n. 221, p. 247–270, jan./mar. 2019. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ri/edicoes/56/221/ri_l_v56_n221_p247. Acesso em: 10 jan. 2025.
- DIAS, Maria Regina Benevides. Os entraves processuais para a utilização da reclamação constitucional como meio de utilização de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no bojo do controle concentrado de constitucionalidade. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/1730>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. *Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela*. 11. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 2.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de direito processual civil: o processo civil nos tribunais, recursos, ações de competência originária de tribunal e querela nullitatis, incidentes de competência originária de tribunal*. 13. ed. Salvador: JusPodivm, 2016. v. 3.
- DIDIER JR., Fredie; MÂCEDO, Lucas Buriel de. Controle concentrado de constitucionalidade e revisão de coisa julgada: análise da Reclamação n. 4.374/PE. *Revista Jurídica da Presidência*, Brasília, v. 16, n. 110, p. 567–590, out. 2014/jan. 2015.
- GOMES, Gilberto Mendes Calasans. Aplicação da teoria dos poderes implícitos pelo Tribunal de Contas da União. 2021. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3250>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. v. 2.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

NADAL, João Eduardo de. *A reclamação como instrumento de superação dos precedentes qualificados*. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa,

Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/2905>. Acesso em: 12 dez. 2024.

HARTMANN, Guilherme Kronenberg. Reclamação no âmbito do controle da observância de precedentes judiciais vinculantes. *Revista da EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 155–176, jan./abr. 2019.

PIMENTA, José Roberto Freire; SILVA, Jurema Costa de Oliveira. A reclamação como instrumento de revisão dos precedentes vinculantes pelo Supremo Tribunal Federal. *Revista de Doutrina da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná*, Curitiba, v. 19, n. 101, p. 561–585, jan./mar. 2022.